TL295-23

II Jornadas de Timor da UP

TEMA GERAL

António Assunção da Luz Rosa

1) Contexto Regional e Internacional: Situação na Indonésia

1.1. - Suharto não é eterno. O regime indonésio sê-lo-á?

R: É óbvio que Suharto não é eterno. Basta ver que os maiores ditadores do mundo cairam. Concretamente, aqui em Portugal, o regime ditatorial do Dr. Salazar fracassou. Nas Filipinas, o regime ditatorial de Marcos caiu, e as mudanças recentemente verificadas nos Paises de Leste Europeu e na própria União Soviética são no mesmo sentido. O Regime Indonésio cairá, desde que haja uma grande pressão dos Paises ocidentais, tais como a C.E.E., os Estados Unidos da América, o Canadá, o Brasil, o Japão, a União Soviética e outros Paises que se afirmam serem amantes da Paz e da justiça.

1.2 - Será viável a democratização na Indonésia?

R: A democratização da Indonésia será viável, desde que haja uma saída do Suharto e de alguns generais que foram os responsáveis directos pelo Golpe de Estado que derrobou o governo de Sukarno (primeiro Presidente da Indonésia, após a proclamação da independência) e o massacre de um milhão e meio de seus compatriotas Indonésios.

1.3. - Se não se democratizar, irão os muçulmanos continuar a viver num regime não estritamente muçulmano?

R: A Indonésia é um dos Paises em que a grande maioria da sua população professa a religião islâmica. Isto prova que 68% da população Indonésia é muçulmana. No meu ponto de vista se a Indonésia não se democratizar, os muçulmanos e a religião Islâmica poderão vir a ser uma ameaça séria para as outras religiões existentes na Indonésia.

1.4. - A unidade nacional indonésia vai-se manter? Como?

R: A unidade indonésia vai-se manter, sob a forma de estados federados, tal como Sukarno há vinte anos atrás preconizara. O papel dos militares? Os militares terão um papel muito importante na nova sociedade Indonésia democratizada. Eles poderão ser divididos em departamentos autónomos, sob a tutela do estado central.

1.5. - A Austrália - aliado ou inimigo?

R: Sobre este ponto, considero ainda prematuro afirmar a posição da Austrália face a uma eventual mudança na Indonésia. Como sabem, a Austrália é um País democrático de tipo ocidental, portanto a sua política poderá ser flexível conforme a política preconizada pelo partido que estiver no poder.

1.6 - Como poderá o mais importante investidor estrangeiro na Indonésia - o Japão - mudar a sua posição em relação a Timor?

R: Portugal é membro de pleno direito da C.E.E. e um dos membros fundadores da OTAN. Naturalmente que tem mais força para mudar a posição japonesa em relação a Timor Leste.

1.7. - Será possível o desenvolvimento da bacia do Pacífico sem a democratização da Indonésia?

R: Eu penso que sem a democratização da Indonésia não será possível o desenvolvimento da bacia do Pacífico.

II

ESTRATÉGIAS PARA CONSEGUIR A PAZ

4.1. - O objectivo determinante da estratégia deve-se manter a guerra de resistência até que caia o regime Indonésio?

R: Evidentemente que o nosso objectivo determinante da estratégia é a manutenção da guerra até que caia o regime Indonésio. Como sabem, a guerra em Timor Leste não é uma mera reivindicação de uma menor ou maior autonomia, no contexto da nação Indonésia. A guerra em Timor Leste não é uma guerra cívil, dentro de mesmo estado, em que se pretende impor, pela via armada, determinadas exigências de um sector da população. Nós não temos nada, absolutamente nada, a ver com a natureza do governo na Indonésia nem

com outros aspectos políticos, económicos, religiosos, culturais ou étnicos da grande nação Indonésia. A guerra em Timor Leste, é um conflito entre forças de agressão Indonésia e a resistência do Povo Maubere à sua contínua e bárbara ocupação. Portanto, em suma, ela deve-se manter até que as forças de Jakarta se esgotem.

4.2. - A tranferência da luta de guerrilha, nas montanhas, para a luta urbana é um avanço ou um recuo? Em que condições pode ser positiva?

R: A transferência da luta de guerrilha, nas montanhas, para a luta urbana, é um avanço muito signifivativo para a questão de Timor Leste. Esta transferência da guerrilha, nas montanhas, para a luta urbana, é um aspecto de resistência popular, exprime somente a posição de força de uma consciência nacional e patriótica de todos os filhos de Timor Leste.

4.3. - Uma consulta organizada pelo Governo Indonésio pode servir para o Povo de Timor Leste se Auto-determinar?

R: Não. Não porque o Povo Maubere jamais aceitaria qualquer consulta organizada pelo Governo Indonésio com vista a que o Povo de Timor Leste se auto-determinar. A questão é simples. O Povo Maubere, nesses duros catorze anos de domínio e ocupação Indonésia conhece melhor e perfeitamente as tentativas e manobras dos Indonésios.

4.4. - Uma administração transitória deverá ser Portuguesa ou mista? Com Portual, Indonésia - Portugal e Nações Unidas ou outras nações e organizações?

R: Uma administração transitória deverá ser feita entre Portugal e as Nações Unidas. A Indonésia e a Austrália ficariam como observadores.

4.5. - A Igreja Católica deve ter um papel essencial em qualquer solução e nomeadamente na fase de transição, ou não?

R: A Igreja Católica deve ter um papel essencial, quer na busca de uma solução para o conflito, como no momento de transição.

4.6. - Os padres Indonésios e os transmigrados, tal como os militares, devem voltar para a Indonésia antes de se fazer qualquer consulta, ou não?

R: Sobre este ponto, devo dizer que para se fazer qualquer consulta, em primeiro lugar as forças ocupacionistas, os cívis e os religiosos devem voltar para a Indonésia. E só então é que se faz a consulta.

4.7. - Portugal deve ter uma acção mais enérgica e coerente na defesa do direito à autodeterminação do povo de Timor Leste? Como?

R: Portugal deve ter uma acção mais enérgica, coerente na defesa do direito do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência. Para isso, Portugal terá que pressionar os seus aliados da OTAN e da C.E.E. bem como o Brasil, o Japão, o Canadá e mesmo a URSS.

4.8. - A situação minoritária da Igreja Católica na Indonésia é um obstáculo na obtenção do seu apoio à causa de Timor, ou não? Como conseguir uma actuação mais favorável do Vaticano, da Igreja Católica Portuguesa e das Igrejas, em geral, no apoio à autodeterminação?

R: Não. Não porque os católicos Indonésios fazem a política do "Pancasila". Mesmo a Igreja Católica na Indonésia apoia a política preconizada pelo regime ditatorial do General Suharto.

Quanto à Igreja Católica Portuguesa deve tomar uma posição mais coerente e digna.

A. Assunção Rosa

Fevereiro de 1990